

O fazer do psicólogo na política pública de saúde mental como parte do processo de subjetivação dos adolescentes: Uma leitura foucaultiana e da psicologia histórico-cultural

Cláudio Ramos Peixoto

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Thaiana Souza Vilas Monzo

Psicóloga, Centro Universitário Geraldo de Biase (UGB/FER)

RESUMO

Essa produção tem o objetivo de promover reflexões sobre Adolescente, Psicologia, Políticas Públicas e processos de subjetivação. A partir do trabalho desenvolvido em oficinas terapêuticas de um CAPS I pretendemos mostrar a importância da desconstrução do pensamento manicomial e a eficácia que podem alcançar estratégias de cuidado com a saúde mental contra hegemônicas. Trazer à reflexão a possibilidade de ações que não universalize os corpos e as subjetividades através da padronização.

Palavras-chave: Subjetivação, CAPS, Oficinas terapêuticas, Adolescência.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões que iremos desenvolver surgiram a partir da vivência em um Centro de Atenção Psicossocial do tipo I - CAPS I - de um município do Centro-Sul do Estado do Rio de Janeiro cuja população atendida é de 2 a 18 anos completos, em sua maioria de baixa renda e em situação de violência e vulnerabilidade social. Nosso intuito é pensar sobre o como o psicólogo pode trabalhar para produzir subjetividades sem desconsiderar o sujeito ou sobre como não cair nas armadilhas do “saber-poder” tão presentes nas normas que regulam práticas em muitos dos dispositivos das políticas públicas. Nossas guias serão os registros do Diário de Bordo* e os estudos de Wagner Góis sobre a Psicologia Comunitária, os conceitos foucaultianos de sujeitos e processos de subjetivação, bem como o pensamento histórico-cultural de Lev Vigotski acerca do encadeamento entre relações sociais e construções subjetivas.

A oficina terapêutica por nós coordenada era um espaço coletivo em que as atividades aconteciam semanalmente, em diferentes espaços, tendo a duração de 90 minutos. Não havia dia fixo, ao final de cada oficina era feito um levantamento para escolher o melhor dia na próxima semana e os participantes assinavam uma lista de presença. O grupo acontecia com, no máximo, 8 participantes e tinha como público os adolescentes de 14 a 17 anos atendidos no serviço.

Para Santos (2018) Diário de Bordo são anotações espontâneas a partir das observações do cotidiano desprendidas de categorias conceituais e de qualquer forma de tecnicismo ou profissionalismo. Pode ser o



espelho do pesquisador iniciante proporcionando reflexão sobre o que se observa e o próprio trabalho que está sendo desenvolvido.

As intervenções aconteceram em grupo através de oficinas terapêuticas com a utilização dos recursos da arteterapia apoiadas na obra de Ciornai (2004), contudo, proporcionando possibilidades de ampliação e/ou adaptação junto aos adolescentes. Nossa meta era caminhar em oposição àquelas políticas públicas e demais ações do Estado e da sociedade que não dão espaços para o adolescente buscar, conforme Góis (2003, p.24), “tecer a própria vida, como pessoa amante, ativa e expressiva, presente no cotidiano e estando "dentro e fora" do mundo”.

2 OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO A PARTIR DA NOÇÃO DE SUJEITO EM MICHEL FOUCAULT E DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ao pensarmos a forma de construção do pensamento moderno faz-se necessário destacar como a ciência é baseada em uma racionalidade herdeira do pensamento positivista em que há uma dicotomia entre sujeito e objeto sendo o objeto passivo e o sujeito como detentor do conhecimento sobre tal objeto (GALEANO et al, 2020). Foucault (2002) faz uma análise sobre como que o conhecimento é produzido e criado pelo ser humano. Desnaturaliza o conhecimento e mostra que este não é um dado a priori, mas sim uma invenção que está relacionada ao poder.

Em seus estudos sobre a sexualidade, Foucault (2007) discorre sobre a constituição do sujeito através dos discursos. Quebra a lógica dicotômica de se entender o poder ao mostrar que o mesmo se ramifica na sociedade atravessando todas as formas de relações sociais. Mostra como o sujeito vai se constituindo nessa trama onde o jogo de forças entre “saber-poder” dado pelos discursos são modos de subjetivação e a subjetividade seria o produto dessa relação de forças que instituem saberes.

Destaca o “biopoder” como uma técnica de poder disciplinar que busca criar um estado de vida em determinada população para produzir corpos ativos e dóceis. É um poder usado para se manter a vida através das políticas de Estado como, por exemplo, as políticas de saúde pública que podem funcionar como instrumento de normatização.

Entretanto, mesmo que o sujeito sofra o efeito de um processo de sujeição não significa que ele não possua um campo de possibilidade. Porquanto cada um de nós ocupa sempre uma posição numa rede discursiva no qual o sujeito, mesmo quando sujeitado, não é colocado como passivo na perspectiva de Michel Foucault, já que “nesse processo nós, enquanto sujeitos, temos a possibilidade de acreditar ou não, ceder ou não, concordar ou não (GALEANO et al, 2020, pág. 95)”.

Os processos de subjetivação debatidos até aqui, podem então, serem vistos como uma tecitura composta por inúmeras ações pelas quais se constitui o sujeito não somente enquanto efeito dos processos externos, mas também, a partir da relação que faz consigo e com os outros. Desse modo, abre-se a



possibilidade de dialogar com a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e sua perspectiva de ser humano, único animal constituído sociocultural e historicamente. A subjetividade é por ele compreendida como toda a construção psíquica do sujeito em sua inter-relação com o mundo no qual está inserido (VIGOTSKI, 1991).

A concepção que Vigotski (1991) tem de homem é como um ser histórico-cultural, advinda dos pressupostos do materialismo histórico-dialético. De acordo com ele, para que possamos compreender quem somos e devemos levar em consideração não somente os fatores biológicos característicos de nossa espécie, pois o contexto histórico-cultural em que vivemos é determinante para o desenvolvimento dos mesmos. Somos seres que nos formamos a partir das interpretações da realidade que construímos envolvidos pelos saberes socioculturais de um determinado período da história da humanidade. Um ser histórico, cujo desenvolvimento é uma resultante dos intercâmbios entre ele e a realidade, mediado pelas relações sociais e a cultura nelas presente, que se desenvolve biologicamente e psicologicamente.

Para ele, a interação com a realidade não ocorre de forma direta em sua totalidade. Seus estudos lhe permitiram afirmar que quanto mais nos desenvolvemos (enquanto espécie ou pessoas) mais há elementos, materiais ou simbólicos (cultura) que servem como mediadores desta interação. Dentre esses mediadores Vigotski (2007) destacou a importância da linguagem, mais estritamente dos idiomas e suas palavras, no pensamento humano. Seu papel como construtor da consciência, a partir de imbricação com o pensamento. Segundo Rey (2013), o psicólogo soviético rompe com o raciocínio linear sobre a psique incluindo aspectos qualitativos ao processo de desenvolvimento humano.

Ao se debruçar no estudo das Funções Psicológicas Superiores (FPS) – ações conscientemente controladas, atenção voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, comportamento intencional – o pensamento e a linguagem são destacados como principais mediadores de seu desenvolvimento. Conforme Rey (2013), aquelas são construções realizadas ao longo da vida do sujeito através da internalização, isto é, da síntese a partir da dialética entre os funcionamentos inter e intrapsicológicos, nos quais o outro é quem fornece os significados durante a interação. Esse funcionamento do sujeito a partir da interação com o meio só é possível devido aos elementos mediadores que operam como um elo entre o sujeito e o meio externo: signos e instrumentos (VIGOTSKI, 2007).

Os signos são as representações mentais capazes de substituir o objeto ausente, função generalizante do pensamento. Estes são a base para a construção de conceitos, chave para a aprendizagem por meio da troca com o outro. Através da apropriação dos signos, o ser humano consegue variar a sua maneira de pensar podendo modificar sua ação e a linguagem, por exemplo. Outro mediador são os instrumentos pelos quais o homem transforma e é transformado pela natureza por intermédio da interação com o meio de maneira intencional e planejada (REY, 2013).



Perante o exposto e de acordo com Rey (2013), entende-se que não é a materialidade o principal componente da mediação, mas sim a semiótica dos instrumentos de mediação unida à elaboração do sujeito, que é individual. A linguagem enquanto um elemento mediador da subjetividade está presente no contexto histórico e cultural promovendo um jogo de forças constituinte do sujeito e participará diretamente da aprendizagem do indivíduo. Vigotski (1991/2007) considera a linguagem como uma produção humana e, portanto, constitui-se como uma prática social. Foucault (2002) ao falar do “saber-poder” micro ramificado no corpo social que produz conhecimento, remete como a linguagem faz parte dos jogos de forças formadoras de verdades e produtoras de subjetividades.

Tais produções teóricas nos conduzem a discutir sobre o quanto e como as tensões entre as condições históricas, sociais e econômicas brasileiras podem produzir demandas ao profissional de psicologia dentro das políticas públicas. Refletir em como estão implicadas nos processos de subjetivação produzidos pela relação que estabelecemos com os diversos campos políticos, econômicos, sociais e culturais. Pois, o sujeito o qual entendemos aqui se trata daquele perpassado pelo “saber-poder” que é produzido pelas relações estabelecidas durante a vida do mesmo com os outros sujeitos, as instituições e todo corpo social.

3 O ADOLESCENTE COMO SUJEITO SOCIOHISTÓRICO E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

A adolescência é um momento complexo de transição entre infância e a vida adulta do desenvolvimento humano em que ocorrem transformações psíquicas, além das mudanças biológicas. Porém, ao pensar a adolescência é imprescindível ponderar o processo de subjetivação dentro de um contexto sócio-histórico e considerando a temporalidade. Segundo descrito por Coutinho (2009): “A palavra “adolescência” vem do latim *adulescens* ou *adolescens*, particípio passado do verbo *adolescere*, que significa crescer (pág., 17)”. A autora postula em sua obra que a adolescência não é um processo natural, separado do contexto, sendo necessário analisar como a singularidade é atravessada por valores sociais pelos quais a subjetivação torna-se ainda mais complexa.

Coutinho (2009) faz uma análise histórica de suma importância trazendo como o conceito de adolescência é herdeiro de uma monocultura ocidental eurocêntrica que se consolidou pela Europa em meados do século XX. Destaca a história da adolescência através de concepções biologizantes de teorias deterministas que docilizam os corpos, uma vez que, tais teorias são indispensáveis para manter a ordem social definindo papéis e estigmatizando os corpos dissonantes. Com base nos estudos da autora, percebe-se como o conceito de adolescência é tardiamente criado na modernidade e incorpora discursos dentro da sociedade. Delineia o que seria um adolescente e criar formas de controle desses corpos por meio de um “saber-poder” dos elementos e discursos históricos, políticos, sociais e econômicos.



Esses enunciados já estabelecidos no corpo social também farão parte do processo de subjetivação do adolescente dentro da política pública. Outro ponto para pensar a adolescência, segundo Kuhn e Mello (2020), é a inclusão tardia dentro da agenda política da saúde mental demorando a afirmar tanto a criança quanto o adolescente enquanto sujeitos e cidadãos de plenos direitos. Além disso, Kuhn e Mello (2020) vão mostrar como a lógica colonialista perpassa a adolescência dentro e fora das políticas públicas reforçando práticas e posturas de cuidado que consideram o sujeito adolescente sob uma perspectiva eurocêntrica. Essa lógica anula aquilo que pertence aos países marginalizados pelos povos do Ocidente, criminalizando suas formas de existir e universalizando as diferenças culturais. Outro destaque dado pelos autores foi sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conquista importante para infância e adolescência, mas que:

“[...] não deu espaço aos sujeitos “outros”, ou seja, crianças e adolescentes que não se enquadram no padrão que se estabeleceu ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX na Europa e trazido à América Latina através da colonialidade (KUNH & MELLO, 2020, pág. 305)”.

Com isso, os processos de subjetivação estão imersos nos jogos de forças das relações de “saber-poder”. Por exemplo, quando cumprimos exigências sociais dentro das políticas públicas de saúde mental como, o que seria ser um adolescente e como o mesmo deve se comportar a partir de perspectivas eurocêntricas, individualizantes e psicopatologizantes, constitui-se uma verdade vinculando o indivíduo ao seu diagnóstico. Se unirmos a formação do Psicólogo que ainda é eurocentrada, vê-se um “biopoder” perpassado por uma verdade hegemônica na qual se produz conhecimento através do discurso manifesto dos profissionais, principalmente para aqueles adolescentes que são enquadrados a um modelo eugenista.

Foucault (2007) vai dizer que a manutenção do discurso depende do uso que se faz dele, podendo então, instrumentalizar o poder. Sendo assim, é indispensável pensar as tensões entre as condições históricas, sociais e econômicas brasileiras para refletir a adolescência e não enquadrá-la no padrão que se estabeleceu na Europa e foi trazido aos países da América Latina (KUNH & MELLO, 2020). Somente dessa maneira, é possível diminuir os efeitos do discurso vinculado à verdade determinista e eurocêntrica do adolescente permitindo a eles uma abertura de possibilidades para o devir.

Assim, surge a possibilidade de pensar a adolescência a partir de uma territorialidade e, até mesmo, construir um saber fundamentado nas teorias clássicas da psicologia refletindo a materialidade para além da ciência moderna eurocentrada.

4 A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA A PARTIR DE WAGNER GÓIS

Wagner Góis, professor e pesquisador da Universidade Federal do Ceará (UFC) fala sobre uma Psicologia Comunitária advinda da Psicologia Social da Libertação que têm suas origens nos movimentos sociais, sobretudo os de saúde mental, em países da Europa e América Latina. Tem influência da Psicologia



Social Crítica, Psicologia Histórico-Cultural, Teologia da Libertação, Educação Popular e das experiências vividas em território brasileiro. De maneira geral, a Psicologia Comunitária para o autor é voltada à compreensão da atividade social e das dimensões objetivas e subjetivas como produto do modo de vida comunitária numa relação dinâmica entre organismo e seus ambientes:

“A Psicologia Comunitária estuda os significados e sentidos, assim como os sentimentos pessoais e coletivos acerca da vida da comunidade [...] deve preocupar-se com as condições psicossociais da vida da comunidade (internas e externas) que impedem aos moradores construir-se como sujeitos de sua comunidade e as condições que os fazem sujeitos dela... (GÓIS, 2003, pág. 20)”.

Para Góis (2003/2005) a construção do indivíduo é baseada na noção de um sujeito histórico e comunitário e a Psicologia Comunitária é entendida por meio da interdisciplinaridade. Aposta na construção de uma consciência crítica e na capacidade de lutar comunitariamente para uma nova realidade concreta e não o ajustamento social dos sujeitos e da realidade comunitária pensando o indivíduo-comunidade-municipalidade. Ao falar de municipalidade afirma como a dinâmica intercomunitária é geradora de identidade social e individual, sendo o município um lugar vivo, dinâmico e concreto de participação social, afetiva e efetiva.

À vista disso, o autor se utiliza de dois conceitos, intervir-pesquisando e pesquisar-intervindo para debater a importância da participação social no processo de intervenção/investigação. E assim buscar um estudo que valorize o entre as relações intersubjetivas sujeito-comunidade-município-pesquisador. Góis (2005) destaca que a comunidade seria, então, uma construção social e psicológica que surge ao longo do tempo através das relações psicossociais dos moradores de determinado lugar.

A partir disso utiliza dos conceitos de atividade¹ e consciência² e estabelece um elo indissolúvel entre mudanças materiais e subjetivas. A comunidade é um lugar de reconhecimento e confirmação de identidade, e também de singularização individual e coletiva com modos próprios de existir. Sendo assim, a formação da estrutura psíquica depende tanto de forças externas quanto internas a pessoa. Com isso, pensa a consciência - na qual é de caráter ativo e social - como uma: “espécie de propriedade da mente que dá sentido, tanto à vida psíquica, como à própria atividade externa dos indivíduos. Esta atividade, por sua vez, orienta e dá a substância da própria consciência (GÓIS, 2005, pág. 154)”.

A atividade, conforme Santos e Santade (2012), seria um elemento mediador para a constituição da consciência a qual se desenvolve na atividade individual e coletiva. Portanto, atividade e consciência são pensadas juntas e Góis as utiliza para analisar os hábitos comunitários e a participação que possui no desenvolvimento do indivíduo. Para Góis (2003/2005), quanto maior e mais ativa a participação do indivíduo no coletivo e na esfera individual, maior a consciência crítica e indagadora do sujeito.



5 VIVÊNCIA EM OFICINAS TERAPÊUTICAS COM ADOLESCENTES EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

As oficinas terapêuticas são espaços transdisciplinares dentro de um CAPS que os usuários trabalham de diversas maneiras, uma delas é a expressão plástica. Como a pintura, música, expressão corporal e outras coisas mais. As oficinas foram realizadas com adolescentes utilizando-se recursos da arteterapia num CAPS I em conjunto com a equipe multidisciplinar. Com objetivo de ir para além da promoção de autonomia e de reinserção social do sujeito, mas promover reflexões sobre os adolescentes e seus processos de subjetivação.

O grupo de adolescentes foi aberto, e o número de integrantes variava a cada dia, o que exigia uma breve contextualização inicial a cada encontro. Em um Diário de Bordo, foram feitas anotações sobre as sensações e angústias surgidas durante a trajetória da pesquisa. A ausência de um espaço criativo na qual permitisse uma conexão intuitiva para além da racionalidade e/ou direcionamento baseado nos diagnósticos dos usuários motivou esse trabalho. E o protagonismo dos usuários do serviço na construção e na condução da oficina são os vetores basilares do trabalho.

Os adolescentes que participaram do grupo foram encaminhados conforme o Projeto Terapêutico Singular (PTS) que não foi montado junto aos mesmos. Os materiais utilizados foram os mais diversos e sua escolha dependia da proposta da atividade e da vontade individual, dentro do possível, como: lápis de cor, canetas hidrográficas, papéis de diferentes tipos e tamanhos, argila, tintas guaches, pinceis, esponjas, músicas, barbantes, cola, purpurinas, folhas secas, sementes entre outros materiais disponíveis.

A construção das atividades foi distribuída em etapas e sua condução fora apoiada na obra de Ciornai (2004). As oficinas foram semanais e para cada encontro atividades que se alternavam em rodas de conversa, movimentações corporais e dinâmicas esclarecidas adiante. Durante o período de 10 meses que aconteceram as oficinas observaram-se narrativas apontadas para os sujeitos que não se adequavam às normas institucionais. Sendo esses os adolescentes direcionados para as oficinas pela equipe técnica.

Posteriormente iniciam-se as oficinas com os adolescentes através de uma roda de conversa para explicar aos presentes os motivos de estarem ali e convidá-los a utilizarem o discurso e a linguagem para se relacionar e a permanecer, se assim desejassem.

O segundo tempo desses encontros foi o estabelecimento de vínculo por ser um dos fatores primordiais para a continuidade da oficina proposta com os recursos da arteterapia, assim como pontuado por Ciornai (2004). Esse passo ocorreu tantas vezes quanto necessário uma vez que, no início, a rotatividade dos adolescentes era significativa e após alguns encontros, a troca de experiências e vivências permitiu que os participantes se sentissem acolhidos e compreendidos, fortalecendo o vínculo entre eles e contribuindo para o processo.



Na maioria dos encontros, aconteceram tarefas guiadas de expressão corporal para aquecimento a fim de prover uma corporeidade. Seguido de um momento para falarem da experiência com objetivo de iniciar uma abertura a novas experimentações, descontrações e interações. As atividades lúdicas, como bem pontua Ciornai (2004): “ajudam as pessoas a mobilizarem energeticamente e a se descontraírem (pág. 99)”.

O estágio seguinte desse processo foi dar início as atividades expressivas. Os adolescentes foram: incentivados a explorar diferentes formas de expressão durante a etapa de criação utilizando a arte como uma forma de comunicação e laços sociais; convidados a compartilhar suas criações e ideias com o grupo, promovendo a troca de experiências e o apoio mútuo; encorajados a apreciar suas próprias produções e a fazer ajustes ou melhorias, se necessário, com a ajuda dos outros participantes. No final das oficinas, foi realizada uma avaliação conjunta com os adolescentes, para que pudessem expressar suas opiniões e sugestões sobre o trabalho realizado.

Com a finalidade de que, através da atividade fosse trabalhada uma consciência crítica e indagadora refletindo sobre si mesmos como sujeitos ativos e sobre o coletivo. Também foram instigados a analisar suas próprias experiências e a questionar as estruturas e normas que os cercavam, como os PTS e os espaços instituídos e oferecidos pelo CAPS I. Perceberam a falta de participação nas decisões sobre seus tratamentos.

Tais discussões e reflexões foram levadas aos técnicos de referência, abrindo a possibilidade de diálogo entre os adolescentes e os profissionais responsáveis por seu atendimento. Isso permitiu que os adolescentes se sentissem ouvidos e valorizados, contribuindo para a construção de um ambiente com participação coletiva.

Ademais das oficinas dentro do espaço físico do CAPS I, promoveu-se ações no território para construção de uma municipalidade com o propósito de trabalhar o sentimento de pertencimento dos adolescentes à comunidade. Com o objetivo de proporcionar aos participantes a oportunidade de conhecer a cultura, a história, os pontos turísticos do município e uma experiência nova e significativa. Pois muitos tinham o sentimento de “solidão” e nunca visitaram os locais de relevância cultural.

À vista disso, quando pensamos que a aprendizagem é mediada e acontece por intermédio da relação do indivíduo com o ambiente, conforme Vigotski (2007). Podemos afirmar que as oficinas ao trabalhar com o pensamento e a linguagem, funcionaram como elementos mediadores por criar múltiplas possibilidades do sujeito perceber e elaborar os acontecimentos com vista a superar o estado inicial o qual se encontrava. Propiciando o desenvolvimento de novos significados para suas experiências.

Alicerçado no exposto, observa-se como o fazer do psicólogo na saúde mental pode ser mantenedor das relações de poder e da sujeição ao desconsiderar o adolescente no seu processo de saúde e a invisibilização do seu modo de existir no mundo através de uma normatização. Pensar os processos de subjetivação colocou em pauta o “biopoder” presente nas políticas como sendo uma técnica de produção de verdades por meio do “saber-poder” visando à adequação dos usuários as normas estabelecidas. Assim como



as formas de promoção de saúde que regulam a vida dos mesmos dando poucas possibilidades de apropriação do próprio processo subjetivo.

Por fim, Coutinho (2009) vai falar que a adolescência seria um fenômeno constituído tanto pelo social quanto pelo psíquico, marcando o universo singular, heterogêneo e com demandas próprias desse período do desenvolvimento. Dessa forma, ao pensar nas Políticas Públicas de Saúde Mental para essa população faz-se necessário discutir programas que atendam as especificidades desse grupo com o cuidado para que não se reproduza os vários mecanismos institucionais e estruturas do conhecimento que potencializam o “biopoder” dentro do corpo social, inclusive os promovidos pelo próprio Estado através das instituições.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho realizado com os adolescentes em um CAPS I observou-se que mesmo diante de todas as realidades que constituem os indivíduos, as oficinas terapêuticas com os recursos da arteterapia podem mediar o processo de ressignificação das experiências e construção de novas habilidades. Os processos de subjetivação vão está sempre presentes nas relações sócio-históricas-culturais, mas ainda assim, no encontro entre Adolescência e Política Pública de Saúde Mental é possível estranhar o *status quo* e questionar demandas sociais normativas estimulando a participação do adolescente no seu processo e abrir espaço para uma construção psicológica e social.

Posto isso, o que se verifica é a busca por manter a instituição com o seu modo de funcionar que visa a manutenção das relações entre as pessoas através da centralidade do discurso disciplinar, deixando de lado o sujeito e o alcance de objetivos singulares e coletivos no cuidado em saúde.

Conforme colocado Galeano et al (2020), discutir sobre o processo de subjetivação é também incluir os componentes neoliberais as quais atravessam o presente e às fragilizações das políticas públicas, é pensar sobre as lutas que, enquanto profissionais de psicologia, propomo-nos a travar. Pois, os elementos transversais à subjetividade ramificam-se e percorre o meio social. Além disso, a formação do psicólogo no Brasil ainda é predominantemente eurocentrada, o que dificulta a percepção das armadilhas do "saber-poder" que regulam a prática profissional tanto dentro quanto fora das políticas públicas.

Com os resultados obtidos, podemos afirmar o quanto às oficinas terapêuticas funcionaram como um instrumento de modificação do espaço coletivo permitindo a mediação da aprendizagem, assim como dos discursos, por meio da linguagem enquanto um elemento mediador dos processos de subjetivação. Observamos então que, o processo de aprendizagem se constitui de forma heterogênea, coletiva e singular, em que não há primazia de atores presentes no grupo.

Portanto, percebeu-se que as oficinas terapêuticas podem ser não só um método terapêutico, ademais, uma ferramenta de subjetivação utilizada pelo profissional de psicologia. E na conjuntura dessa laboração,



a mesma contribuiu para o processo de ressignificação das experiências e construção de novas habilidades sociais por parte dos adolescentes. Podendo assim, ser um instrumento que modifica não só o sujeito, mas o meio externo no qual está inserido a partir da construção psíquica do adolescente e sua relação com o mundo ao apostar na construção de uma consciência crítica e não um ajustamento social.



REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Saúde. (2004). Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em 17 de ago. de 2023.
- CIORNAI, Selma. (2004). Percurso em Arteterapia: arteterapia gestáltica, arte em psicoterapia e supervisão em arteterapia. São Paulo – SP, 2 ed. Summus, v.62.
- COUTINHO, Luciana Gageiro. (2009). A construção social da adolescência. In: COUTINHO, Luciana Gageiro. Adolescência e errância: destinos do laço social no contemporâneo. Rio de Janeiro: Nau: FAPERJ, 15-81 p.
- FOUCAULT, Michel. (2002). A verdade e as formas jurídicas. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes et al., Rio de Janeiro. Editora: NAU, 3ª ed.
- FOUCAULT, Michel. (2007). História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Grupo Digital Source: Editora Graal. 13ª ed.
- GALEANO, et al. (2020). Psicologia, Políticas Públicas e processos de subjetivação: enfrentamentos em tempos urgentes. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 73 (1): 87-103 pág. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arpb/v73n1/07.pdf>>. Acesso em: 12 de set. 2023.
- GARCIA, Paola Trindade; REIS, Regimarina Soares. (2018). Rede de Atenção Psicossocial: RAPS. Universidade Federal do Maranhão, UNA-SUS/UFMA. Paola Trindade Garcia; Regimarina Soares Reis (Org.). São Luís - MA. Editora da Universidade Federal do Maranhão: EDUFMA. Disponível em: <<https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/10279/3/Rede%20de%20Aten%c3%a7%c3%a3o%20Psico%20social%20-%20RAPS.pdf>>. Acesso em: 03 de nov. de 2023.
- GÓIS, Cezar Wagner de Lima. (2003). Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada. Fortaleza (CE): Instituto Paulo Freire.
- GÓIS, Cezar Wagner de Lima. (2005). Psicologia comunitária: atividade e consciência. Fortaleza (CE): Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- KUHN JUNIOR Norberto; MELLO, Bárbara Birk. (2020). A noção de infância e adolescência: inflexões decoloniais sobre os direitos de crianças e adolescentes na América Latina. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS. Vol. 12, n. 24, p. 284-312. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11899/8356>>. Acesso em: 28 de mai. de 2023.
- REY, Fernando Luis González. (2013). O pensamento de Vigotsky: contradições, desdobramentos e desenvolvimento. São Paulo – SP, Editora Hucitec.
- SANTOS, Alan Ferreira dos. (2018). Diário de Bordo: relatórios de uma prática investigativa da subjetividade e do mundo objetivo. Psicologia. pt: O Portal dos Psicólogos, ISSN 1646-6977. 1-71 pág. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1173.pdf>>. Acesso em: 20 de set. de 2023.
- SANTOS, Juliana Ormastroni de Carvalho; SANTADE, Maria Suzett Biembengut. (2012). A teoria da atividade sócio-histórico-cultural: uma proposta para a produção de textos escritos pela argumentação.



Caderno Seminal Digital Ano 18, no 18, V. 18 – ISSN 1806-9142, p. 53-63. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/view/11878>>. Acesso em: 24 de out. de 2023.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. (1991). A Formação Social da Mente. São Paulo – SP. Livraria Martins Fontes.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. (2007). Pensamento e linguagem. Lisboa – Portugal. Editora Climepsi.